



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 109

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 109

88ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Mensagem 03

Telegramas 07

Ofícios 07

Memorando 08

Requerimentos 08

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto 14

Dep. Elza Correia 15

Dep. José Domingos Scarpellini 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 20

Redação Final 20

2ª Discussão 21

1ª Discussão 21

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão 25

Publicações

Programa de Demissão Voluntária

Pedidos de Adesão 25

DIÁRIO Nº 109

88ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

15ª LEGISLATURA

ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

09 DE OUTUBRO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Cleiton Kielse.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademair Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari,

Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (43). Ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Alexandre Curi, Caíto Quintana, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Rafael Greca e Waldir Leite (10). E em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv))

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 63/06

Curitiba, 28 de setembro de 2006.

Exmo. Sr. Presidente

Exmos. Srs. Deputados

Tenho a honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, o anteprojeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2007, em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Estadual nº 15.226, de 25 de julho de 2006, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2007, e demais normas legais que regem a matéria.

As propostas orçamentárias dos Órgãos/Unidades do Estado estão compatibilizadas com as orientações e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2007 e no Plano Plurianual de 2004-2007.

As propostas orçamentárias para o exercício de 2007 foram elaboradas de acordo com as prioridades da Administração Pública Estadual e estão em consonância com as linhas de ação a seguir discriminadas, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2007:

1. Educação, Inovação, Cultura e Turismo;
2. Infra-Estrutura e Meio Ambiente;
3. Expansão Produtiva;
4. Emprego, Cidadania e Solidariedade;
5. Gestão do Estado.

O presente anteprojeto de lei compõe-se dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista Independentes.

Os anexos que fazem parte deste anteprojeto de lei contêm detalhes sobre o Programa de Trabalho do Governo, bem como, informações da situação financeira do Estado, por meio da Exposição Justificativa e apresentam as estimativas das Receitas e a fixação das Despesas referentes aos Poderes Estaduais, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, das Vinculações Legais e Constitucionais, tendo sido incluído ainda os Anexos referentes às ações de que tratam as autorizações solicitadas nos artigos 25 e 26, e respectivos parágrafo, deste anteprojeto.

As estimativas de receita e despesa para o exercício de 2007 foram elaboradas a preços de junho de 2006, sendo que na previsão da receita foram excluídos os valores decorrentes de diferimento ou de benefícios fiscais concedidos a contribuintes de impostos estaduais, conforme determina o artigo 14, inciso I, da

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o artigo 39 da Lei nº 15.226, de 25 de julho de 2006, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007.

Acompanhará este anteprojeto de lei, o relatório das aplicações dos recursos nos Municípios Paranaenses com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de acordo com o disposto no artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2007.

O Poder Executivo ficará à disposição, pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exas. as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) HERMAS BRANDÃO

Governador do Estado
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA:

Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2007.

SEÇÃO I

Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

SEÇÃO II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 20.168.558.090,00 (vinte bilhões, cento e sessenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil e noventa reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, no valor de R\$ 1.362.828.710,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e vinte e oito mil, setecentos e dez reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 18.805.729.380,00 (dezoito bilhões, oitocentos e cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta reais).

Parágrafo Único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o Art. 39 da Lei Estadual nº 15.226, de 25 de julho de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas

especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00

1. Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas	R\$ 17.777.997.240
1.1. Receitas Correntes	R\$ 15.916.064.080
1.2. Receitas de Capital	R\$ 1.861.933.160
2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas	R\$ 16.415.168.530
2.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 15.916.064.080
2.2. Deduções para o Fundef (-)	R\$ 1.362.828.710
2.3. Receitas Correntes - Líquidas para a fixação da despesa	R\$ 14.553.235.370
2.4. Receitas de Capital	R\$ 1.861.933.160
3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista dependentes (exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.334.984.390
3.1. Receitas Correntes	R\$ 1.163.313.740
3.2. Receitas de Capital	R\$ 171.670.650
4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.055.576.460
4.1. Receitas Correntes	R\$ 575.617.460
4.2. Receitas de Capital	R\$ 479.959.000
5. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa	R\$ 18.805.729.380
5.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 17.654.995.280
5.2. Deduções para o Fundef (-)	R\$ 1.362.828.710
5.3. Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa	R\$ 16.292.166.570
5.4. Receitas de Capital	R\$ 2.513.562.810

Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO III Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 17.750.152.920,00 (dezessete bilhões, setecentos e cinquenta milhões, cento e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte reais), e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 1.127.751.470,00 (um bilhão, cento e vinte e sete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As Despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 4.416.040,00 (quatro milhões, quatrocentos e dezesseis mil, e quarenta reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o Art. 17, inciso VIII, da Lei Estadual nº 15.226 de 25 de julho de 2006 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007, está apresentado no Anexo VI desta lei.

SEÇÃO IV

Das Correções dos Orçamentos

Art.11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30 de junho de 2006, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2006, de acordo com o estabelecido no art. 7º da Lei Estadual nº 15.226, de 25 de julho de 2006.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, à correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo, fornecerá ao Poder Legislativo,

os percentuais e totais por Órgão, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

SEÇÃO V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios e com Sentenças Judiciais, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964 e de acordo com o artigo 37 da Lei nº 15.226, de 25 de julho de 2006;

III - Abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, de acordo com o disposto no Art. 37 da Lei Estadual nº 15.226 de 25 de julho de 2006, que aprovou as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento), das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos às formas previstas no parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, de acordo com o disposto no Art. 37, da Lei Estadual nº 15.226, de 25 de julho de 2006 – Lei de Diretrizes Orçamentárias-2007;

V - Proceder até o limite de 40% (quarenta por cento) das dotações, definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - Alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias,

até o limite de 40% (quarenta por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

SEÇÃO VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

SEÇÃO VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art.19. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo vedada à aplicação do Art. 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 20. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no Art. 11 desta lei.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas pelo Poder Legislativo.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares necessários para proceder a transferência para a secretaria de estado do trabalho, emprego e promoção social e/ou suas unidades vinculadas, dos recursos provenientes do superávit financeiro do serviço de Loteria do Estado do Paraná – Serlopar, apurado no Balanço Patrimonial de 2006.

Art. 24. O saldo financeiro verificado em 31.12.2006, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2007, conforme disposto no Art. 34 da Lei nº 15.226 de 25 de julho de 2006.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas estaduais ou estradas federais concessionadas, conforme descrição constante do Anexo VII, desta lei, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares e conseqüentemente a alterar o Anexo de Obras, necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2006 ou da arrecadação do Detran, Efetivada durante o exercício de 2007.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, de que trata o caput deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no Art. 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

§ 3º Ao Anexo VII, decorrente da implantação deste artigo aplicam-se, no que couber, as autorizações contidas no artigo 13 desta lei.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares necessários à implementação das ações previstas no Anexo VIII, desta lei, até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que deverão ser executadas com os recursos provenientes do Superávit Financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2006, resultantes da cobrança do pedágio na Ponte de Guaíra, efetuada até junho de 2005, após a modificação legal da destinação dos referidos recursos, anteriormente restrita a aplicação na própria Ponte, por força do convênio 001/98 firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo Federal.

§ 1º Se a adequação legal de que trata o *caput* deste artigo ocorrer antes do início da execução orçamentária do exercício de 2007, fica o Poder Executivo autorizado a proceder às modificações por ocasião da incorporação das Emendas do Poder Legislativo a esta lei.

§ 2º Ao Anexo VIII, decorrente da implantação deste artigo, aplicam-se, no que couber, as autorizações contidas no artigo 13 desta lei.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Suplementares necessários a proceder à transferência para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e suas vinculadas, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro da Junta Comercial do Paraná – Jucepar, apurado no Balanço Patrimonial de 2006.

Art. 28. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – Funsaúde, vinculada a Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 29. Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2007, revogadas as disposições em contrário.

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

* Nº 10862357/MS/SE/FNS - valor de R\$ 254.300,00 - pagamento de programa de expansão do PSF - PROESF.

* Nº 10862219/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34 - pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.

* Nº 10862226/MS/SE/FNS - valor de R\$ 473.532,44 - pagamento de detecção deficiência auditiva.

* Nº 10862235/MS/SE/FNS - valor de R\$ 53.314,67 - pagamento de transplantes.

* Nº 10790718/MS/SE/FNS - valor de R\$ 6.554.147,93 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais.

* Nº 10792248/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99 - pagamento de programa para aquisição de medicamentos para a saúde mental.

* Nº 10846142/MS/SE/FNS - valor de R\$ 152.405,96 - pagamento de média e alta complexidade - visa/taxa de fiscalização.

* Nº 10846141/MS/SE/FNS - valor de R\$ 13.265,02 - pagamento de média e alta complexidade da vigilância sanitária.

* Nº 10846140/MS/SE/FNS - valor de R\$ 57.706,43 - pagamento de HIV/AIDS - fórmula infantil adicional. **Ao conhecimento da Casa.**

Ofícios:

Sob nº AL/000708/2006, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, através do Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº AL/000709/2006, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, através do Programa PNAC - PNAE CRECHE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº 67/2006, do Sra. Célia Massumi Yukawa - Gerente Geral em exercício da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros em 11/09/06, no valor de R\$ 3.795.330,20 (três milhões, setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta reais e vinte centavos) destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 182.998-86/2004/MJ/Caixa, assinado em 23/12/2004, no âmbito do Programa OGU/MJ/2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 504/CGFCC/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Claudio Monteiro - Coordenador-Geral de Finanças,

Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia da celebração do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 055/2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 1240/2006/SEED/MEC, do Sr. Ronaldo Mota - Secretário de Educação à Distância do Ministério da Educação, comunicando celebração de Convênio entre a referida Secretaria e a Universidade Estadual de Maringá - UEM. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 477/2006/SAF-ANA, do Sr. Luís André Muniz - Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da agência nacional de Águas-ANA, comunicando a celebração do Quarto Termo, Aditivo ao Convênio nº 010/2002, entre a referida Agência, como Concedente, a Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, como Conveniente; e o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, como Interviente, que visa a execução de atividades hidrológicas das bacias 6 e 8, nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 2308/2006, do Sr. Heinz Georg Herwig - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando Relatório de Atividades relativo ao 2º trimestre de 2006, do referido Tribunal. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº CEE/CC/2190/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, apoiado pelos Parlamentares José Domingos Scarpellini, Antonio Anibelli, Alexandre Curi e Pastor Edson Praczyk, que pede esclarecimentos sobre "Ligação de Energia Rural junto à Copel". **Ao Conhecimento do Deputado interessado.**

Memorando

MEMORANDO Nº 2190-B

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT, PSDB, PP, PTB e PPS indicarem membros partidários, para a constituição da Comissão Parlamentar de Investigação que irá investigar possíveis irregularidades na gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE:

PT (dois)

PT

PMDB (dois)

PMDB

PFL (dois)

PFL

PSDB

PDT

PP

PTB (*)

PPS (*)

(*) Sorteio para ocupar a última vaga.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) MESA EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, Regime de Urgência para a Mensagem nº 057/06, Projeto de Lei nº 451/06, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.000.608,00 (dois milhões, seiscentos e oito reais) ficando ajustado o Programa de Obras constante no Anexo VII, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender o Programa de Obras e Serviços de Recuperação e Melhorias de Rodovias.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2189

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2188

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o soberano Plenário, SOLICITAM as providências de V. Exa. no sentido de restabelecer as Sessões Ordinárias nesta Casa, como tradicionalmente realizadas nos últimos exercícios, nas segundas, terças e quartas-feira de cada semana.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(aa) MARCOS ISFER

VALDIR ROSSONI

NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 239/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, tendo em vista que, segundo informações do Setor de Utilidade Pública da Diretoria Legislativa, foram completadas as devidas documentações exigidas pela Lei nº 6994/78.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV - Presidente em exercício

REQUERIMENTO Nº 2172

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, autorização de viagem para deslocar-se

até Brasília, nos dias 10, 11, 12 e 13 de outubro, afim de tratar de assuntos de interesse da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, na condição de Presidente, junto ao Ministério de Meio Ambiente e Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa recebeu denúncias e vem acompanhando com atenção o processo de utilização inadequada de aparelho de inibição de chuvas por meio de ondas ionizantes, que vem prejudicando o meio ambiente, pela estiagem que provoca na região, a saúde da população, e economicamente os produtores rurais da região de Palmeira, São João do Triunfo e Porto Amazonas.

Considerando que o Ibama e o IAP, acionados pela Comissão não tomaram as devidas providências, e que a Juíza Dra. Pepita Durski Tramontini Mazzina, da Justiça Federal, acatando pedido de Ação Popular, concedeu liminar proibindo a detonação de bombas de ondas ionizantes, utilizadas por produtores de maçãs, decidiu esta Comissão de encaminhar à própria Ministra Marina Silva e ao presidente da Comissão, na Câmara Federal, Deputado Luís Eduardo Greenhalg, para as devidas providências.

Nesse sentido, solicitando o encaminhamento pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, de pedido de autorização de viagem para tratar do referido assunto na esfera nacional.

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini para representar esta Casa de Leis junto ao Ministério do Meio Ambiente e Câmara dos Deputados nos dias 10, 11, 12 e 13 na cidade de Brasília-DF.

Curitiba, 03.10.06.

(aa) PEDRO IVO ILKIV - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

REQUERIMENTO Nº 2160

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar irregularidades na gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, composta por 11 (onze) membros, com duração de 60 dias, no prazo de 5 (cinco) dias. Segue anexo a justificativa para a instalação da referida CPI.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A justificativa para a constituição da CPI respalda-se, em irregularidades relativas à celebração de contratos

de empréstimo entre o Estado e empresas privadas (respectivamente Renault do Brasil e Volkswagen Audi), onde foram empregados recursos do FDE, com extenso prazo para pagamento, sem incidência de juros ou correção monetária, traduzindo-se em transferência de dinheiro público para a iniciativa privada de forma irregular. Mister se faz necessária a referida investigação tendo em vista que outros casos semelhantes podem ser identificados.

Os recursos do FDE foram, em inúmeras oportunidades utilizados para aduzir o desenvolvimento no Paraná.

Lamentavelmente em alguns casos foi verificada situação diametralmente oposta, onde os recursos foram utilizados de forma lesiva ao erário.

Casos exemplificativos e emblemáticos são operações de créditos junto às empresas Renault do Brasil e Volkswagen Audi, financiadas pelo FDE com participação da Paraná Desenvolvimento S.A.

O Estado do Paraná, através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE concedeu vários financiamentos à Renault do Brasil Automóveis S.A., no valor total de R\$ 8.770.412,70, para pagamento no prazo de 10 (dez) anos contados da data da liberação dos créditos, pelo valor nominal sem correção monetária, sem juros e sem quaisquer comissões ou encargos.

Trazido a valor presente, chega-se em pouco mais de 2 milhões e 800 mil reais, ou seja, o restante quase 6 milhões de reais, correspondem a subsídio concedido gratuitamente pelo FDE à Renault do Brasil Automóveis S.A., em prejuízo do Estado do Paraná, conforme consta do Relatório da CPI.

Além deste empréstimo, a Paraná Desenvolvimento S.A., com recursos do FDE adquiriu participação de 40% no capital social da Renault, ao valor de R\$ 136.208.470,00.

O Contrato de Subscrição e Acordo de Acionistas, datado de 11 de julho de 1996, o FDE compromete-se a não alienar a participação societária por um período de 11 (onze) anos contados a partir daquela data.

Ainda, que qualquer negociação, mesmo após o término desse prazo, só poderá ser realizada com a autorização da Renault do Brasil, que segundo o acordo tem o direito de preferência para a aquisição das ações.

Ora, a empresa beneficiária dos incentivos é de capital fechado, o que dificulta o acompanhamento de suas ações estratégicas.

De forma semelhante aos financiamentos concedidos à Renault, o FDE concedeu financiamentos à Volkswagen do Brasil Ltda, no valor de R\$ 137.030.396,00, para pagamento em parcela única no prazo de 26 (vinte e seis) anos contados da data da liberação da primeira parcela de recursos, pelo valor nominal, sem correção monetária, sem juros e sem quaisquer comissões ou encargos.

Como nos contratos com a Volkswagen do Brasil Ltda, o prazo é bem maior que nos financiamentos da

Renault, os prejuízos para o Estado do Paraná foram proporcionalmente maiores em relação ao total dos recursos liberados.

Se aplicada a mesma taxa de desconto de 12% ao ano pelo prazo de vigência dos contratos, o valor dos R\$ 137.030.396,00 liberados, na data da sua concessão equivale a apenas R\$ 7.196.947,31, o que significa que do total dos recursos liberados R\$ 129.833.448,69 correspondem a subsídio concedido à Volkswagen, em prejuízo do Estado, através da Paraná Desenvolvimento.

REQUERIMENTO Nº 2161

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Arlete Jacob Wagner, aos 65 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Carmem Camilo, residente no município de Almirante Tamandaré. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2175

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Philadelfo Garcia.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2176

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do menino Max Rocha de Souza, aos treze anos de idade.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2185

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de votos de pesar, pelo falecimento da senhora Rachel Costa da Rocha Loures, com 96 anos de idade. Residia em Curitiba e era mãe do Dr. Rodrigo Rocha Loures, Presidente da FIEP.

Deixa filhos e netos.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

Apoioamento: Elza Correia.

REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Antonio Olinto, pelo transcurso, no próximo dia 24 de outubro, do seu 45º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Cleomar Machiavelli, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Rogério Milléo, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O dia 24 de outubro de 2006, marcará mais um aniversário da emancipação política do município de Antonio Olinto.

Os primeiros passos para a fundação da cidade de Antonio Olinto são devidos a Cândido Ferreira de Abreu, que exercia o cargo de Diretor do Serviço de Colonização do Estado do Paraná. Em 1895, chegava ao lugar o primeiro grupo de imigrantes vindos da Polônia. Com o passar do tempo o lugar passou a ser conhecido como Colônia Pequena. Em 1896 aportaram na Colônia as primeiras famílias de ucranianos.

Em 04 de julho de 1902, o Decreto Estadual nº 248, criava no povoado o Distrito Policial, sinal de relativo progresso, datando desta época a alteração na

denominação, que passou a chamar-se Antonio Olinto.

A Lei Estadual nº 1.758, de 22 de março de 1918 criou-se o Distrito Judiciário de Antonio Olinto no município de Rio Negro. Em 07 de janeiro de 1938, a denominação Antonio Olinto foi alterada para Divisa. Em 20 de outubro de 1938, pelo Decreto Estadual nº 7.573, a antiga denominação de Antonio Olinto foi resgatada.

Pela Lei Estadual nº 6.667, de 31 de março de 1958, Antonio Olinto é elevado à categoria de Distrito Administrativo. O Município foi criado em 25 de julho de 1960, pela Lei nº 4.245, com território desmembrado do município de Lapa. A instalação ocorreu em 24 de outubro de 1961.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em cumprimentar efusivamente toda a população de Antonio Olinto que estará no próximo dia 24 de outubro comemorando seu 45º aniversário de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações aos professores Décio Sperandio e Mário Luiz Neves de Azevedo, que assumirão os cargos de Reitor e Vice-Reitor, respectivamente, da Universidade Estadual de Maringá - UEM -, no dia 10 de outubro de 2006, às 20h00, em cerimônia de transmissão dos cargos, no Restaurante Universitário.

Requer, outrossim, seja endereçada correspondência ao professor Dr. Ângelo Aparecido Priori, atual Reitor, em razão de sua passagem pela Reitoria da UEM.

A Universidade Estadual de Maringá está entre as instituições que mais orgulham os maringenses, posto que representa desenvolvimento para Maringá e região, com seus cursos e profissionais renomados. A comunidade participa ativamente da eleição ao cargo de Reitor, haja vista a importância da instituição.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2184

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no usando de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações à Sra. Tsuyo Tanaka, residente na cidade de Maringá, pela passagem dos seus 100 anos de idade, a serem completados no próximo dia 20 de outubro.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2165

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Delma Francisca Pereira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2166

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Vilson Donizeti Galvão.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2171

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. João Fernando Caffaro Góis.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2174

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Laertes Martins Bandeira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2164

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando a cobertura da Quadra de Esportes da Escola Dr. Leopoldino Loureiro Ferreira, na cida de Cambé.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2179

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, bem como ao Secretário de Estado do Trabalho e das Relações Sociais, Exmo. Sr. Emerson José Nerone, solicitando dos mesmos gestões no sentido de viabilizar a construção de uma creche na Vila Rural de Apucarana.

Cabe salientar que são 65 (sessenta e cinco) famílias vivendo no espaço da Vila Rural e muitas pessoas não trabalham porque não têm onde deixar as crianças.

É preciso criar mecanismos de inserção dessa população em programas do Governo do Estado, proporcionando aos mesmos melhores condições de vida. O Estado deve ir até essas pessoas e orientá-las, pois são pessoas simples que têm inclusive dificuldade de locomoção, haja vista a distância do centro do município de Apucarana.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2163

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, pedindo informações sobre o corte de benefícios aos funcionários da UEL - Universidade Estadual de Londrina, relativos ao vale-transporte, considerando as exposições em anexo encaminhadas ao nosso gabinete parlamentar.

Indignados com o anunciado corte de tais benefícios, funcionários da UEL e das demais instituições de ensino superior clamam por providências urgentes. Além do absurdo que a perda deste direito representa, a decisão foi comunicada às vésperas da eleição de primeiro turno, pegando de surpresa os servidores.

O Pró-Reitor de Recursos Humanos da UEL, Fábio César Martins, apresentou proposta ao governo estadual, sugerindo o valor de três pisos salariais do Paraná para efeito de benefício do vale-transporte. A proposta foi oficializada na Secretaria, recentemente, necessitando de rápida análise.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2158

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada correspondência ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Heinz Georg Herwing, solicitando os seguintes documentos e informações:

- Cópia das resoluções e dos pareceres que determinaram a aprovação de contas anual dos seguintes municípios do Estado do Paraná: Curitiba, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Maringá e Londrina no período 1998 a 2005. Em caso de desaprovação das contas informar os motivos e se existe recurso em andamento.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 488/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do município de Jesuítas, do Lote Urbano nº P-22-A-2, situado no referido município, com 929,50 metros, doado ao Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 522/99 e registrado sob o nº 14.012 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada exclusivamente para instalação do Parque Industrial do Município de Jesuítas, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do município de Jesuítas, do Lote Urbano nº P-22-A-2, situado no referido município, com

929,50 metros, doado ao Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 522/99 e registrado sob o nº 14.012 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

O referido imóvel foi doado para que o Estado do Paraná construísse um prédio para sediar as dependências da Polícia Militar do Estado, destacada para atuar no município de Jesuítas.

O parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 522/99, de 25 de junho de 1999, dispõe que o Estado do Paraná teria o prazo de dois anos para efetuar a construção do prédio que abrigaria as dependências da Polícia Militar, caso contrário o terreno voltaria ao patrimônio do município.

Passados mais de sete anos da sanção da lei municipal, o Estado do Paraná não realizou nenhuma obra no local, o que justifica a apresentação do projeto de lei.

O imóvel em questão, após a reversão, será destinado à instalação do Parque Industrial do município de Jesuítas, que, temos certeza, trará grandes benefícios ao município e àquela região do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do plano de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 489/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir os atuais ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo, Classe III, da lei nº 15050 de 12/04/2006, para Classe II, exercendo as funções de Técnico Administrativo da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

Nobres Parlamentares, tenho a honra de apresentar o presente projeto de lei que dispõe sobre a transferência dos atuais ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo, Classe III, da lei nº 15050 de 12/04/2006, para Classe II, exercendo as funções de Técnico Administrativo da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

A presente proposta trata de reivindicação de reequacionamento da função de Auxiliar Administrativo para Técnico Administrativo, pois os atuais Auxiliares exercem as mesmas funções dos Técnicos, inclusive preenchendo os requisitos escolares exigidos para o cargo.

A proposta visa a igualdade entre funcionários de mesmo nível, visto que esta falha de disfunção vem ocorrendo há muito tempo nas Universidades Estaduais do Paraná.

Assim sendo, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 490/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Projeto Vida, com sede e foro no município de Jaguariaíva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Projeto Vida, com sede no município de Jaguariaíva, sem fins lucrativos, tem por finalidade prestar assistência em regime de internato, aos dependentes químicos promovendo o restabelecimento dos mesmos através da educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, combate à pobreza e ensinamentos bíblicos.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/87 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 491/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Ouro Branco de Assistência ao Menor, com sede e foro no município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.10.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Centro Ouro Branco de Assistência ao Menor, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e promocional.

Fundada em 13/10/87, a entidade tem por finalidade a assistência social e a promoção da pessoa humana junto aos menores carentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 2 a 6 anos, estudando o problema social que envolve o menor e seus familiares, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para uma integração sócio-econômica entre o menor, sua família e a comunidade, através de uma orientação técnica adequada para a profissionalização de cada membro a integrar-se na comunidade.

Para alcançar seu objetivo a instituição mantém a Creche "Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Carmo", com capacidade para atender 114 crianças, proporcionando-lhes atendimento na área da educação do

maternal ao jardim III, educação formal pré-escolar e educação infantil, havendo também o ensino religioso.

Na área da saúde oferece cursos de primeiros-socorros e atendimentos de emergências, palestras e campanhas de higiene corporal e ambiental, e campanhas contra vermes e piolhos.

Todo o trabalho social é feito por pessoas da própria diretoria, professores, estagiários e por membros (voluntários) da comunidade.

Visando reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa instituição a favor da comunidade, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 492/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento do Meio Ambiente e Turismo - Amatur, com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.10.06.
(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A Agência de Desenvolvimento do Meio Ambiente e Turismo - Amatur, é uma entidade da organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos.

Desde a sua fundação em 2003, tem desenvolvido atividades sócio-educacionais, assistências, artísticas e de geração de renda para famílias em situação de risco e vulnerabilidade, ensejando o resgate da dignidade, autovalorização, fortalecimento do eixo familiar e integração sócio-ambiental, conforme mostra o relatório de atividades.

Tendo em vista a sua nobre missão, pedimos aos Pares desta Casa o apoio e o voto favorável para que a Amatur possa ser reconhecida de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 493/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Tibagi de Escolas Técnicas - Ettibagi, com sede e foro na cidade de Curitiba - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.10.06.
(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Tibagi de Escolas Técnicas - Ettibagi é uma entidade da organização da sociedade civil de interesse público, sem fim lucrativo.

Desde a sua fundação em 2003, tem desenvolvido atividades sócio-educacionais, assistenciais, artísticas, todas para promover a integração de jovens em situação de risco, ao convívio social e profissional, ensejando geração de renda às famílias desses jovens, bem como o resgate da dignidade, autovalorização e fortalecimento do eixo familiar, conforme mostra o relatório de atividades.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 494/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Cafeara - Aprocaf, com sede na cidade de Cafeara e foro na cidade de Centenário do Sul - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.10.06.
(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Produtores Rurais de Cafeara - Aprocaf é uma entidade civil, sem finalidade lucrativa que completa 01 (um) ano de existência legal.

Apesar do pouco tempo de existência, ela tem procurado organizar os seus associados, defender os seus direitos perante as instituições financeiras e orientam os produtores nas suas atividades.

Instituir o reconhecimento de Utilidade Pública estadual à Aprocaf é credenciá-la nas diversas esferas de governo para participar das políticas públicas.

Pedimos, portanto, o apoio e o voto favorável dos nobres pares desta egrégia Casa de Leis.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Pedro Ivo, Sras. e Srs. Deputados, há alguns meses nós ocupamos esta mesma tribuna da Assembléia Legislativa para alertar o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Segurança Pública a respeito do crescimento da facção criminosa, PCC em nosso Estado. Nós recebemos o silêncio absoluto, por parte das

autoridades, quando, de forma responsável fizemos este alerta. O Governo do Estado fez ouvidos moucos à nossa colocação desta tribuna. Não nos limitamos apenas ao nosso pronunciamento oral mas fizemos constar, através de requerimentos, essa nossa preocupação, porque queríamos e ainda continuamos querendo contribuir com a questão da Segurança Pública, em nosso Estado.

Pois bem, nós, na semana passada recebemos um relato que veio corroborar a nossa tese que o Paraná é infestado pelos bandidos do PCC. O Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, integrante do grupo nacional de combate às organizações criminosas, Roberto Porto, disse que os braços direitos do PCC em São Paulo, estão no Paraná! Não estão presos lá em Catanduvas mas alguns deles estão soltos inclusive. Alguns atentados e roubos, realizados em Curitiba e Foz do Iguaçu tiveram a participação, o planejamento, a logística deste, o famigerado PCC. Isso vem comprovar que nós estávamos certos. O alerta que o Sr. Marcola que hoje está preso em Catanduvas foi feito dias atrás. No ano passado, inclusive, nós utilizamos desta mesma tribuna e me lembro quando o nobre Deputado Elio Lino Rusch disse que nós teríamos a inauguração desse presídio de segurança máxima feito por Marcola e por Fernandinho Beira Mar, e eles estão lá.

Nós recebemos também na semana passada a informação que o Paraná possui as cidades que estão no mapa da violência, isso é realmente cada vez mais grave e muito preocupante!

O que faz o Governo do Estado para tentar enfrentar essa situação? Nós não sabemos, nós não temos informação, vou terminar o meu mandato nesta Assembléia Legislativa e não vou saber do que se trata o famigerado Projeto de geoprocessamento que o Secretário de Segurança Pública do Estado tanto fala. Infelizmente a questão da Segurança no Paraná atingiu níveis insuportáveis e o Governo do Estado conseguiu uma proeza, hoje existem viaturas mas policiais. Os municípios de Reserva, de Mauá da Serra são exemplos de que faltam homens da polícia militar, mas sobram viaturas. Lamentavelmente a gente tem que fazer esse tipo de constatação e a criminalidade cresce assustadoramente, seja na Região Metropolitana de Curitiba, em Londrina, em Foz do Iguaçu e nas principais cidades do nosso Estado. E infelizmente não vemos ações eficazes por parte daqueles que comandam a segurança pública no Paraná.

Por isso, para finalizar, nós temos que mais uma vez deixar, aqui o nosso desalento, quase que um desânimo em relação à esperança de que o crime organizado será vencido pela polícia, será vencido pela lei. Lamentavelmente quando vimos que dentro da Palácio Iguaçu estava instalada uma araponga de renovada e renomada categoria, nós somos obrigados a realmente não ter esperança de que o bem vencerá o mal. E somos até levados a acreditar que realmente nenhuma grande empresa se instalou no Paraná e o único grande empreendimento foi o presídio de segurança máxima de Catanduvas que trouxe

para o nosso Estado, Fernandinho Beira Mar, Marcola e o PCC. Fique o registro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orado inscrito, Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria antes de mais nada cumprimentar, saudar todos os colegas eleitos deste último pleito, nessa última eleição, desejar a todos os eleitos um bom mandato, um próximo mandato com muito sucesso. E dizer aos companheiros que não foram eleitos que esta questão faz parte de um processo democrático, Cida Borghetti, temos que nos curvar às decisões das urnas. Fica feliz, porque permanece na Casa a companheira Cida Borghetti, alias muito bem votada, quero cumprimentá-la. Cumprimentar a minha companheira Luciana Rafagnin, que permanece na casa e virão mais duas mulheres a Beti e a Rosane. Portanto, continuaremos com quatro mulheres na Assembléia Legislativa. Embora, como sempre parece que a minha fala não interessa a todos, mesmo aqueles que acabam de ser cumprimentados pela eleição.

Queria dizer o seguinte: fiz uma carta que vou enviar a jornais, principalmente da minha cidade, porque muitas pessoas estão perplexas com a minha não reeleição. Até uma semana antes da eleição constava na pesquisa entre 18, 19 até 20% da pesquisa e confesso que fiquei um pouco assustada com o resultado da eleição e não tenho respostas plausíveis para este resultado. Mas de qualquer maneira a vida continua, temos outras trincheiras de lutas que haverão de me receber de alguma maneira. Queria deixar consignado o seguinte: uma pergunta que todos me fazem, Rossoni e eu não tenho resposta. Por que não fui eleita? Antes de mais nada, agradeço sinceramente às 21.959 pessoas que depositaram em mim o seu voto e a sua confiança e dizer que não fiquei abalada com o resultado das urnas, seria faltar com a verdade, Cida. Fiquei triste e ainda estou. Fica uma sensação de haver tropeçado em uma corrida, mas que felizmente, não me deixou no chão. Há ainda muito a ser feito. Restam-me pouco mais de dois meses e meio de mandato e devo agora, acelerar o passo e dar conta da tarefa que ainda tenho que fazer aqui nesta Casa como Deputada.

Por que não fui reeleita? Não sei. Alguns dizem que talvez tenha sido em função da minha defesa acirrada ao programa de Governo de Roberto Requião e de minha proximidade com o Governador. Se esta foi a razão, está tudo bem. Não me arrependo de nada, não deixaria de defender a política do Governador Roberto Requião, apenas para ser eleita. Defendi com satisfação, a sua política de não privatização, os investimentos feitos na área de educação, saúde e segurança. Isenção de ICMS para as

microempresas. O resgate da nossa Copel e Sanepar. Os planos de cargos e salários para as várias categorias. Apoiei os concursos públicos. pavimentação de cinco mil quilômetros de estradas. Apoiei os Programas Sociais: Luz Fraterna, Leite das Crianças e Tarifa Social da Água que beneficiam especialmente milhares de pessoas pobres. Apoiei a não cobrança de previdência aos aposentados. Ajudei a aprovar na Assembléia Legislativa, importantes projetos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. tem mais um minuto para concluir. Pode usar o Horário do PMDB.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Usarei dois minutos do Horário do PMDB.

...em defesa dos pequenos produtores rurais. Apoiada pelo Governo Roberto Requião, consegui um grande volume de recursos para Londrina e região. Enfim, fiz o que minha consciência determinou. Sempre soube que pagamos um preço por nossas posições na vida. Pago com prazer, o preço de ter sido ética, leal e honesta com os meus princípios e na defesa incondicional dos interesses do povo do Paraná. Tudo valeu a pena. Lutar sempre valerá a pena. Haverá sempre uma trincheira de lutas para quem deseja combater o bom combate. Estarei com certeza absoluta em uma delas. Podem apostar. Agora, minha principal tarefa é reeleger o Governador Roberto Requião para que o Paraná não retroceda e não volte para as mãos daqueles que quase o dizimaram.

De resto, o tempo é senhor da razão. Vamos aguardar os acontecimentos. É óbvio, companheiros, que lamento não estar aqui no próximo mandato, Rossoni, mas tentar dizer que a razão de minha não reeleição foi a acirrada defesa do programa de Governo de Roberto Requião, se isso foi a razão de minha derrota, eu não tenho o que lamentar. Não defendi em nenhum momento, o Governador Roberto Requião nesta Casa a seu pedido. Defendi porque acreditei e continuo acreditando no seu projeto, no seu programa que, aliás, sou signatária e ajudei a construir. Portanto, não estaria neste momento, absolutamente, vindo aqui à tribuna para dizer que pena que perdi a eleição, eventualmente por ter apoiado um projeto que acredito e continuarei acreditando até o final do meu mandato.

Espero sinceramente, que o Governador Roberto Requião ganhe essas eleições para continuar o projeto iniciado e para que cumpra a sua proposta em benefício do povo do Paraná. É assim que eu sou, é assim que continuarei sendo, é assim que tenho tentado exercer o meu mandato de parlamentar nesta Casa. Tenho ainda dois meses e meio, vamos trabalhar a questão do Orçamento, outros projetos importantes e certamente estarei em algum momento desenvolvendo alguma ação, alguma tarefa, algum trabalho, sempre em benefício do povo do Estado do Paraná em defesa dos nos-

sos direitos. Só assim eu serei feliz, só assim entendo passar por esta vida.

Portanto, mais uma vez cumprimento a todos os colegas que foram eleitos, desejo a todos um excelente mandato. E cumprimento muito especialmente aos Deputados Estaduais que agora estarão em Brasília e certamente ajudando e contribuindo trazendo recursos para o Paraná e haverão de continuar a sua tarefa agora como Deputado Federais.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Deputada Elza Correia, a senhora pode ter certeza que quem perde com o insucesso nesse momento da sua caminhada do processo eleitoral é a opinião pública democrática, não somente de Londrina, mas de toda a região e de todo o Estado do Paraná.

Quero parabenizá-la pelo belo trabalho que desenvolveu aqui no Parlamento. As suas posições políticas, os seus princípios, a sua conduta como parlamentar na defesa dos interesses do nosso povo. Seu trabalho dedicado às questões da mulher, a sua dedicação à questão da educação, a compreensão que a senhora sempre demonstrou e nos ensinou dos problemas da nossa sociedade, de que deve prevalecer o interesse público, o interesse coletivo, do apoio que a senhora deu aos projetos do Governo, da maneira como crítica e independente se colocou em diversos momentos sobre os problemas do Estado do Paraná, a sua postura, a maneira digna como se comportou, preservando a sua consciência, a sua liberdade. Para nós é um estímulo para que continuemos nos portando semelhante à sua conduta no Parlamento.

A senhora sabe porque tem experiência não nasceu Deputada Estadual, a importância do seu trabalho na construção de uma nova sociedade. E que não termina em dezembro de 2006. Vai continuar pelo que eu sei, pelo que eu conheço da sua vida, vai continuar por muitos anos na sua vida, como uma lutadora social que é, uma transformadora da sociedade que é e tenho certeza que nós vamos nos encontrar muito daqui para frente. Parabéns pelo seu trabalho. Só fiz questão de destacar isso porque durante esses três anos e sete meses conhecendo a Elza Correia como conheci, só tenho admiração e tenho a senhora em alta conta do ponto de vista dos princípios e do caráter que a senhora é.

Muito obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Obrigada, Vanhoni, pelo companheirismo, pelas palavras gentis que me disse neste momento.

Obrigada a todos!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Deputada Elza Correia, a senhora fez uma colocação dando conta da sua luta em defesa do Governo, dos posicionamentos em defesa do Governador do Paraná, Roberto Requião. Talvez isso tenha afetado o resultado final da sua posição com relação a essas eleições. Eu já arrumei as minhas desculpas para a derrota. Acho que foi a minha posição contrária ao Governo, que me levou a sofrer um desgaste regionalmente, porque lá na região todas as cidades aonde eu tinha meus pequenos esquemas, chegavam os “trem-pagadores”, os Deputados Federais, uns eleitos outros não, que comprando vereador a 10 mil reais cada um - e não é novidade o que estou falando, tem um monte de deputado que conhece bem o que estou dizendo - já levavam o vereador a abandonar o Deputado Estadual da sua preferência. Esses Deputados Federais, que compravam por 10 contos, 10 mil reais cada vereador, o suplente era um pouco menos, mas já levavam tudo junto, eram do Partido do Governo. Do Governo que nós acusamos, aqui desta tribuna, por não cumprir o pedágio, o governo que tinha o Délcio Augusto Rasesa como escuta no Palácio Iguazu. E agora todo mundo quer se livrar do Rasesa. Daqui a pouco o Rasesa não serve nem para ser preso, aqui. Porque o governo vai dizer: “olha, preso igual ao Rasesa não pode ser hóspede oficial do Governo do Estado, não é nosso preso”.

Agora, eu tenho uma fita gravada do Rasesa conversando e dizendo que trabalhava para o Governador Requião. Eu tenho uma fita gravada do Rasesa, dizendo que o Eduardo Requião tomou 150 mil dólares do Ogarito, lá em Paranaguá, e o Roberto sabia desse problema. Eu tenho a fita gravada do Rasesa, onde o Rasesa faz uma escuta no Presidente do Tribunal de Justiça, Otto Sponholz, e envolve uma empresa de petróleo de Paulínea, São Paulo, chamada Oásis, onde é vendida uma sentença - eu tenho a fita! Eu quero ser colega do Rasesa por pelo menos um dia, já que o Secretário de Segurança é muito poderoso e diz que manda prender, eu quero ser, por um dia, para daí ser solto e poder falar.

Eu tenho o contrato aditivo que o Governador fez, do pedágio, onde desobriga as companhias de pedágio a fazer as duplicações, aonde desobriga as companhias de pedágio a fazer investimentos, e aonde ele autoriza as companhias de pedágio a fazer os aumentos das tarifas quando bem lhes convier. Também tenho isto!

E agora, Sr. Presidente, vamos dizer que o governo do Estado do Paraná está moribundo, assim como alguns Deputados não se reelegeram, aqui, terão seus corpos sepultados politicamente para o próximo mandato, também estaremos no velório do Governador Roberto Requião, que será sepultado para os próximos quatro anos, por não ter honrado com seus compromissos...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Uso o Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem mais dez minutos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Passa a usar o horário da Liderança do PSB

Por não ter honrado seus compromissos, por ter-se aliado ao Rasesa, por ter-se aliado às companhias de pedágio - eu tenho o contrato, que está na gaveta, que nunca foi publicado, está comigo, agora. Tenho um CD com dezenas de horas gravadas - e não foi a PIC que me passou, por incrível que pareça. Há um ano e meio atrás, eu denunciei, aqui nesta tribuna, o Deputado Hermas Brandão era Presidente da Casa, o Deputado Nereu Moura, suspendemos a Sessão e fomos à Polícia Federal para que ela tomasse as providências. O delegado da Polícia Federal disse que não poderia fazer nada, porque era uma denúncia que não tinha, ainda, comprovação.

Como é que eu, um simples e mortal, consegui as provas e a Polícia Federal não conseguiu? Por que alguns se aliaram ao Governador e esqueceram que tinham sido ouvidos nas escutas clandestinas do espião Rasesa? Ora, tudo isso é muito estranho, tudo isso é muito triste. As companhias de pedágio nunca ganharam tanto quanto no Governo Roberto Requião de Mello e Silva. Por que ganharam tanto? Porque arrecadam e não gastam, só pintam asfalto, fazem algumas faixas e cortam a grama, porque foi feito um contrato que está na gaveta, um contrato assinado pelo Procurador Botto de Lacerda, pelo Secretário Valdir Pugliesi, pelo Dr. Tissot, pelo Parelada que era Diretor do DER e pelo Governador Roberto Requião com as companhias de pedágio, desobrigando-as de fazer investimento e lhes dando poderes de fazer o aumento das tarifas, e aí as companhias de pedágio, as concessionárias famosas nunca lucraram tanto quanto durante esses quatro anos do Governador Roberto Requião.

Srs. Deputados, aqui denunciemos a falta de segurança no Paraná. O Secretário da Segurança, que nunca esteve preocupado com a segurança do povo paranaense está sim, muito preocupado com a segurança, a segurança da sua família, a segurança do staff de Governo, muito preocupado em dar entrevistas em televisões, em fazer reportagens, em dar furos na Rede Globo. Nunca visitou as cadeias superlotadas, onde os presos estavam morrendo, como a de Ponta Grossa, a de Paranaguá, a de Apucarana, a de Londrina. Não se construiu cadeias públicas no Estado, Deputado Rossoni. As cadeias públicas do Paraná viraram verdadeiras pocilgas, os policiais não querem prender ninguém porque não tem aonde pôr

o preso, e aí você vê que muitos cometem crimes e não são presos porque os próprios policiais não têm como colocar o preso dentro da cadeia.

Então, antes de o policial estar com um preso que só vai lhe criar problemas, ele vira as costas, deixando aquele que deveria ser preso seguir a sua trajetória criminosa. Isso está ocorrendo no Paraná, dezenas de milhares de mandatos judiciais não são cumpridos porque não tem aonde prender, se houvesse o cumprimento de todos os mandados judiciais de prisão. E o Secretário da Segurança, que foi inquirido por esta Assembléia para explicar aonde trabalhava e aonde estava lotado o Sr. Délcio Augusto Raser, nunca deu a explicação devida, nunca disse quem era o responsável pelo funcionário que fazia escuta para chantagear as pessoas que estivessem envolvidas nas escutas telefônicas, como foi o caso do Presidente do Tribunal de Justiça, Otto Sponholz, como foi o caso de dezenas de Deputados que foram ouvidos, que foram grampeados, espionados pelo homem lotado na Casa Civil do Governo do Paraná.

Minha gente, na semana passada foi plantada a notícia, por meio da militância do Partido do Governo, comandado por Doático Santos, foi espalhada no meio da Copel e da Sanepar, como se o futuro Governador do Paraná - Osmar Dias - fosse fazer a privatização das duas empresas, pois foi uma luta muito grande feita por ele, pelo Álvaro e pelo próprio Requião, Senadores da República, que vieram ao Paraná lutar para manter a Copel e a Sanepar, estas. Agora, alguns delinquentes políticos estão soltando essa onda, querendo que o povo do Paraná venha a acreditar numa situação dessas.

Sr. Presidente, ao deixar aqui o nosso alerta e o nosso protesto com relação ao que vivemos e acompanhamos, queremos dizer que hoje vamos ter um debate pela Rede Bandeirantes de Televisão entre os dois candidatos, o atual Governador, que busca a reeleição, e o Senador Osmar Dias, que está, pelas pesquisas, disparado na frente do atual Governador. Queremos dizer o seguinte: o Governador, agora, está desafiando o Senador Osmar Dias para um debate diário em televisões e rádios. Quero aqui deixar o meu protesto com relação a isso.

O futuro Governador Osmar Dias tem que se preocupar em elaborar o seu programa de Governo. Quem fez programa de Governo em televisão e rádio foi o atual Governador Roberto Requião, que não saía da TV Educativa, que não saía dos programas de rádio feitos pelas rádios que estão ligadas à Secretaria de Comunicação Social. Então, acho que está na hora de dizer um “não” a essa discussão, a essa administração que quer se fazer por meio de programas de rádio e televisão. A preocupação maior tem que ser em como vai se administrar o Paraná fora da televisão.

Temos dois debates, que existiram no primeiro turno: um na Rede Globo e outro na Rede Bandeiran-

tes. Entendo que nesses dois lugares deve ser debatido e discutido novamente. Agora, sair todo dia discutindo é o que interessa, hoje, ao atual Governador. Debates todo dia e toda hora, noite e dia, hora e hora, igual àquela música do Chico Buarque de Holanda, acho que não é interessante para o Paraná, nem para a democracia, porque o que o atual Governador quer é pegar o Senador, assim como ele pegou o irmão Álvaro Dias, há quatro anos, e numa bobeira se fazer de novo o Governador do Paraná.

Aqui fica, portanto, o nosso alerta ao povo e ao comando de campanha do Senador Osmar Dias. Não vamos entrar nessa. Não nos interessa o debate fora de hora. Temos que debater o programa de Governo e a implantação do próximo Governo.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças. Bloco PTB/PL/PRP.

(**Declina**)

PPS.PDT. PFL. PT. PSDB.

(**Declinam**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço a palavra, Pela Ordem, para dizer a V. Exa., que estaremos encaminhando à Mesa, um requerimento para que as Sessões Plenárias voltem ao seu normal, ou seja, segunda, terça e quarta. Os Deputados já disputaram as suas eleições e, agora, precisamos, então, voltar ao trabalho legislativo, normalmente. Encaminharemos esse requerimento com várias assinaturas dos Srs. Deputados.

Esperamos que V. Exa. entenda esse momento e determine que todos voltem ao trabalho, normalmente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

PT; PSDB; PMDB (**Declinam**)

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, Pela Ordem?

(**Assentimento**)

Gostaria de ouvir de V. Exa. qual vai ser a vossa atitude a isso.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. irá encaminhar o requerimento e eu vou ler no horário dos requerimentos. Será colocado em votação, Deputado Neivo Beraldin.

Liderança da Oposição: concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, por dez minutos.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo à tribuna, depois do primeiro turno, para manifestar, aqui, o nosso agradecimento à população do Paraná, de quem fez aqui uma eleição de Presidente da República muito bonita, uma grande diferença que deu condições, para que tivéssemos segundo turno, nas eleições de Presidente da República.

Por esta razão que o PSDB do Paraná agradece a todos os paranaenses, porque nós sempre defendíamos essa tese, que tínhamos que ter mais tempo para discutir a questão da eleição de Presidente da República.

Ontem, à noite, tivemos a primeira oportunidade de ver o debate do candidato a Presidente, Lula e do candidato a Presidente, Alckmin. Pelo que senti, para quem chamava o nosso candidato de “chuchu”, o chuchu azeudou. Porque, ontem, ele se posicionou com autoridade, firmeza e determinação. Senti hoje, ao andar pelas ruas de Curitiba, que no debate de ontem, o Alckmin deu uma demonstração de firmeza e autoridade. Era o que os seus eleitores estavam esperando.

Não tenho nenhuma dúvida que vamos vencer essa eleição. A eleição, todos os senhores sabem o que mostra os institutos de pesquisa, que não daria segundo turno. Deu segundo turno. É por esta razão que convidamos todos os partidos políticos, para trabalharem em prol do Brasil, por um candidato a Presidente da República, que tenha a autoridade moral de poder consertar este País e colocar um Presidente que possa ser o exemplo da dignidade e da honradez.

Quero, aqui, também referir, em nome do PSDB, que aconteceu neste final de semana, em Curitiba. Engraçado! Até alguns dias atrás, o Prefeito Beto Richa era, sem sombra de dúvida, o grande eleitor para os dois candidatos. Aí, o Prefeito Beto Richa analisou a situação, teve coerência, postura, está sendo grato com quem foi seu companheiro e escolheu a melhor proposta e ficou com Osmar Dias para Governador. Engraçado! Neste final de semana já começaram a apresentar aqui panfletos e não podem ter sido pelo PSDB, porque o PSDB está satisfeito com a postura do Beto Richa. Engraçado, se até ontem o Beto Richa era o homem que todos os candidatos a Governador queriam o seu apoio e só foi o Beto Richa decidir com quem ficaria no segundo turno e neste final de semana Curitiba já foi presenteada pela baixaria que na política sempre acontece.

Não quero aqui fazer mal juízo - de forma nenhuma - mas imagino que deve ser algo de alguém que está contente e vai ficar muito mais descontente daqui para frente, porque quem vai ganhar essas eleições de Governador não são os políticos do Paraná; vai ganhar a vontade do povo. Nós sentimos, por onde andamos no Paraná, que a virada já aconteceu e não é por determinação e por vontade de nós políticos, mas é vontade do

povo. O povo está determinado, o povo entendeu e compreendeu que é preciso uma mudança na política do Paraná, e por essa razão, não há quem possa com o povo. O povo está determinado e não tenho dúvidas que nesta reta final o desespero, Deputado Ratinho Júnior, V. Exa. que hoje manifestou seu apoio à candidatura do Osmar Dias e quero cumprimentá-lo pelo apoio, agradecer em nome do PSDB e dizer que não se admire, não se surpreenda se a partir de amanhã começar a surgir nas ruas alguma coisa contra a sua pessoa, porque você está aderindo à candidatura do Osmar.

Isso porque, é claro, o Prefeito Beto Richa é o maior eleitor do Paraná, Gustavo Fruet é o Deputado Federal mais votado do Paraná, o Deputado Ratinho Júnior é o segundo mais votado do Paraná e é claro que isso causa urticária. Só espero que o desespero não faça com que nesta eleição abaixe o nível, como já aconteceu neste final de semana.

Semana. Não é possível que um Prefeito que gozava de um prestígio tão grande com o Governo do Paraná até segunda-feira, a partir de agora já não seja mais aquele grande Prefeito que até armavam situações para irem em obras do Prefeito Beto Richa para poderem mostrar na televisão, para poderem fotografar, para poder dizer que o Beto não estava apoiando ninguém, que o Beto não estava com ninguém - só aquilo já satisfazia o nosso adversário! Agora a situação mudou: Beto inteligente, coerente, tomou a decisão em favor dos paranaenses e por essa razão estou satisfeito e feliz, porque a vontade do povo paranaense vai prevalecer.

Concedo um aparte do Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (Aparte)

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. usa a tribuna e aborda um assunto da maior importância, sobretudo quando fala do nosso estimado Prefeito de Curitiba, Beto Richa.

V. Exa. sabe, como eu e tantos aqui, que o Beto Richa tem a sua história política ligada ao seu pai, de saudosa memória, grande Governador, grande homem público, José Richa. O Beto Richa tem sua história ligada pela sua família, pela sua mãe, dona Arlete Richa, e ele evidentemente construiu sua caminhada baseado nos princípios de uma família bem sucedida política e honrosamente, porque sempre ocupou os cargos com muita honradez. A família Richa, portanto, tem que estar exatamente colocada no seu lugar e não fazer com que uma família de tantas vitórias, de tantas tradições honrosas para o Paraná, o Beto Richa com a aprovação que está hoje em Curitiba, em um mandato que exerce com muito carinho, muito zelo e muita atenção não pode, evidentemente, ser atacado. E tudo o que gostaria de pedir aos adversários do Osmar Dias que, por favor, não façam esse tipo de baixaria, porque isso não há de funcionar, o povo há de repudiar todo tipo de manifestação que venha denegrir a imagem daquelas pessoas que construíram a sua história de vida baseada na ética, na moral e no trabalho.

Por isso, eu cumprimento V. Exa., ao mesmo tempo que cumprimento também o Deputado Ratinho Júnior pela sua adesão hoje à candidatura do Senador vitorioso, Senador da esperança e da mudança para o Paraná, que é o Osmar Dias.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu concluo aqui, Sr. Presidente, Presidente Pedro Ivo, gostaria de ter apenas dois minutos da sua atenção. Eu também me somo ao posicionamento do Deputado Neivo Beraldin e espero que os demais Parlamentares também se somem para que voltemos às sessões normais nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do Governo.

(Declina)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 43 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Mesa Executiva constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT, PSDB, PP, PTB e PPS, indicarem membros partidários, para a constituição da Comissão Parlamentar de Investigação que irá investigar possíveis irregularidades na gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 501/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação ao artigo 9º da Lei Estadual nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, conforme especifica.

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, há um costume nesta Casa, uma determinação do Presidente Hermas Brandão, de que na ausência do Parlamentar não se vota o projeto. E o Deputado Leite não está presente. Eu gostaria, se V. Exa. pudesse, retirar da pauta e deixar para uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O projeto retornará na votação de amanhã, Deputado Valdir Rossoni. V. Exa. fez uma observação que eu não havia lembrado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 212/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, determinando o controle de presença dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, para fins de responsabilização dos pais e responsáveis pelos alunos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 212/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica determinado, às escolas da rede pública do Estado do Paraná que encaminhem, mensalmente, aos Núcleos de Educação e à Secretaria de Estado da Educação, os nomes dos pais de crianças, com endereço, número da carteira de identidade e CPF, que, sem atestado médico ou justificativa plausível, falem a mais de quatro dias por mês.

Parágrafo único. As informações referidas no *caput* deste artigo serão encaminhadas a partir do segundo mês consecutivo ou alternado em que ocorrerem as faltas e desde que demonstrado a omissão dos pais após serem comunicados das ausências do aluno.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Educação e os Núcleos de Educação encaminharão ao Ministério Públicos e ao Conselho Tutelar os nomes dos pais ou

responsáveis pelas crianças e jovens para abertura de investigação e eventual responsabilização civil e criminal das pessoas que negligenciarem a educação dos menores de idade.

Art. 3º O diretor da escola que deixar de prestar as informações de que trata esta lei ao Núcleo de Educação será notificado pela Secretaria de Estado da Educação e na reincidência terá o respectivo nome encaminhado ao Ministério Público do Estado, para a competente responsabilização.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.09.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispondo sobre a manutenção de atividade do professor estadual por motivo de doença, conhecida por afastamento de sala de aula. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Familiares e Amigos de Portadores de Esquizofrenia, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

O Deputado Alexandre Curi não está presente. Será retirado da pauta.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, declarando de Utilidade Pública a União Espírita “Os Caminheiros do Bem”, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Projeto Cristão Fazendo Diferença - FAZDI, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 57/06, aprovando crédito suplementar ao orçamento geral do Estado, no valor de R\$ 2.000.608,00 (dois milhões, seiscentos e oito reais), conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CO.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 451/06

A presente Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 451/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 057/06, retirar da redação proposta ao artigo 5º, a expressão “revogadas as disposições em contrário”, ficando com a seguinte redação:

“Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 09.10.06.
(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

José Domigos Scarpellini, Arlete Caramês, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 451/06

A presente Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 451/06, oriundo da Mensagem nº 057/06 do Governo do Estado, objetiva suprimir da redação originalmente proposta para o seu Anexo VI - Redução de Obras, os códigos 7004, 7009, 7021, 7038 e 7039.

Sala das Sessões, em 09.10.06.
(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Ailton Araújo e Neivo Beraldin.

O Projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Missal, com sede

no município de Missal e foro na Comarca de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 21/06, de 29/03/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 146/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Missal, com sede no município de Missal e foro na Comarca de Medianeira, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/06, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Rádio Comunitária Nova Geração, com sede e foro no município de Jataizinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 73/06, de 20/06/06). (Retirado da pauta pela ausência do autor).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 353/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Rádio Comunitária Nova Geração, com sede e foro no município de Jataizinho, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública o Instituto de Saúde Pró Vida de Assaí, com sede e foro na cidade de Assaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 98/06, de 04/09/06). Retirado da pauta pela ausência do autor.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 458/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declara de Utilidade Pública o Instituto de Saúde Pró Vida de Assaí, com sede e foro na cidade de Assaí, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/06, de autoria do Deputado Elton Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Assis Chateaubriand - APOAC, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04/09/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 459/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Assis Chateaubriand - APOAC, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/06, de autoria do Deputado Elton Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná - APOMOP, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04/09/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 460/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná - APOMOP, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, declarando de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Bandeirantes - APONEB, com sede e foro na cidade de Bandeirantes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 98/06, de 04/09/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 461/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, declara de Utilidade Pública a Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Bandeirantes - APONEB, com sede e foro na cidade de Bandeirantes, com sede e foro na Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/06, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Associação Educacional Madre Mônica, com sede e foro na cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 98/06, de 04/09/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 462/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de Utilidade Pública a Associação Educacional Madre Mônica, com sede e foro no município de Maringá, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declarando de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade de Imbituva - AMI, com sede e foro no município de Imbituva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 98/06, de 04/09/06). retirado da pauta pela ausência do autor.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 463/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declara de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade de Imbituva - AMI, com sede e foro no município de Imbituva, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78,

alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Rubini I, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 06, de 01/06/06). Retirado da pauta pela ausência do autor.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 464/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Rubini I, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, declarando de Utilidade Pública a Associação Viva Bia de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 98/06, de 04/09/06). Retirado da pauta pela ausência do autor.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 465/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, declara de Utilidade Pública a Associação Viva Bia de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores Deputados, mês de agosto de 2006. Resolução nº 003/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/06 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de agosto de 2006, conforme Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.09.06.

(a) TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Marcos Isfer, André Vargas e Ademar Traiano.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 080/06

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 080/06, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de agosto de 2006, regulamentada pela Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Após estudo criterioso que contém o relatório e o movimento para atender despesas constantes da Proposição supra, este Relator resolve pela aprovação das contas apresentadas, pois as mesmas encontram-se corretas e atendem a regulamentação ora em vigor.

Pelo acima exposto, este relator conclui pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 05.09.06.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença do Deputado Federal, Eduardo Sciarra, visitando esta Casa e que está aqui no Plenário cumprimentando os Deputados. Seja bem-vindo Deputado, reeleito para a Câmara Federal representando, muito bem, o Paraná e o oeste.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa dá as boas-vindas ao Deputado Eduardo Sciarra.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2158, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2160, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2161 e 2162, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2163 a 2166, 2171, 2174, 2175 e 2176, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2168, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2172, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2177, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2178, 2179 e 2189, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2184, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2185, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, com apoio da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2187, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2188, de autoria dos Deputados Marcos Isfer, Valdir Rossoni e Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

A questão da CPI, V. Exa. dará que prazo aos partidos políticos para que indiquem os membros para comporem esta CPI?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A Presidência solicita aos membros do PT para indicarem 2 membros, PMDB 2 membros, PFL 2 membros, PSDB 1 membro, PDT 1 membro, PP 1 membro, PTB e PPS devem indicar 1 membro os dois partidos.

O SR. NEIVO BERARDIN

Quanto tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Terão um prazo de 5 Sessões para indicarem os membros.

O SR. NEIVO BERARDIN

É regimental? Após o que V. Exa. estará indicando.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Instalaremos a Comissão.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 501/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 146, 429, 459, 460, 461 e 462/06, e do Projeto de Resolução nº 14/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 353, 458, 463, 464 e 465/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:***Programa de Demissão Voluntária******Pedidos de Adesão***

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

MARIA CRISTINA FERREIRA KURUTZ, matrícula nº 40310, endereço: Rua Alberto Potier, 100, Bl. 12, apto 22; bairro: Boa Vista - cidade de Curitiba; CEP: 82.460-580 - PR. Remuneração mensal estimada em

R\$ 2.811,47; CPF: 456.466.869-20; telefone: 8822013; lotação: Expediente; data de nascimento: 21/05/61.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515/05, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Datilógrafo NTC-02.

Curitiba, 19.08.06.

(a) MARIA CRISTINA F. KURUTZ

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

RUY FONSATTI JUNIOR, matrícula nº 40998; Remuneração mensal estimada em R\$ 1.121,20; CPF: 660.852.449-00.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515/05, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Assistente Administrativo NAA-08.

Curitiba, 01.08.06.

(a) RUY FONSATTI JUNIOR

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

OMAR RAIMUNDO PICHETT NETO, matrícula nº 40957, endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 256, Apto 108; bairro: Mercês - cidade de Curitiba; CEP: 80.410-000 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 928,00; CPF: 820.020.459-68; telefone: (042) 91032968 e (042) 3532-1589; lotação: D.G. data de nascimento: 28/07/71.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515/05, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: NAA-1.

Curitiba, 01.06.06.

(a) OMAR RAIMUNDO PICHETT NETO

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

SUELI SCHMIDT, matrícula nº 40263, endereço: Rua Julia Vanderlei, 1079 - casa; bairro: Mercês - cidade de Curitiba; CEP: 80.710-210 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 3.496,36; CPF: 169.927.689-72; telefone: 33368639/99081794; lotação: Ordem do Dia; data de nascimento: 24/01/52.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da

Comissão Executiva nº 515/05, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Digitador NTC-03.

Curitiba, 01.08.06.

(a) SUELI SCHMIDT

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

CLEIDE DA SILVA, matrícula nº 40666, endereço: Rua Inacio Grossmann, 459; bairro: Afonso Pena - cidade de São José dos Pinhais; CEP: 80.055-210 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.130,03; CPF: 672.117.479-00; telefone: 3385-3286; lotação: Expediente; data de nascimento: 08/10/56.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515/05, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Servente NBA-02.

Curitiba, 02.08.06.

(a) CLEIDE DA SILVA

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

IVAN JOSÉ CORDEIRO, matrícula nº 40652, endereço: Rua das Flores, 1121; bairro: Monte Castelo - cidade de Colombo; CEP: 83.411-370 - PR; CPF: 541.682.799-87; telefone: 366-69387; lotação: Deputado Jocelito; data de nascimento: 29/11/60.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515/05, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data.

Curitiba, 02.08.06.

(a) IVAN JOSÉ CORDEIRO

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

MARIA JOSÉ ROCHA MASSULO, matrícula nº 40631, endereço: Rua Genoveva Forlepa Kopka, 353; bairro: Boa Esperança - cidade de Pinhais; CEP: 83.320-560 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.844,24; CPF: 019.169.109-71; telefone: 3668-3839; lotação: Dir. Assistente Plenário; data de nascimento: 12/02/60.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515/05, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em

vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Digitador NTC-03.

Curitiba, 08.08.06.

(a) MARIA JOSÉ ROCHA MASSULO

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

ROSELI BELO COELHO, matrícula nº 40539, endereço: Rua Wanda Rocha de Souza, 29; bairro: Pilarzinho - cidade de Curitiba; CEP: 82.110-440 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.811,47; CPF: 510.352.789-87; telefone: 32355123; lotação: Expediente; data de nascimento: 05/07/64.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515/05, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Datilógrafo NTC-02.

Curitiba, 31.08.06.

(a) ROSELI BELO COELHO

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

SUELY BELO COELHO, matrícula nº 40032, endereço: Rua Wanda Rocha de Souza, 29; bairro: Pilarzinho - cidade de Curitiba; CEP: 82110-440 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 4.136,63; CPF: 428.567.959-00; telefone: 32354031; lotação: Expediente; data de nascimento: 14/09/53.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515/05, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Consultor Administrativo NDU-04.

Curitiba, 31.08.06.

(a) SUELY BELO COELHO

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

APARECIDO ALVES BEZERRA, matrícula nº 40054, endereço: Rua Joaquim da Costa Ribeiro, 793; bairro: Bairro Alto - cidade de Curitiba - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.508,42; CPF: 254.504.841-00; lotação: Augustinho Zucchi; data de nascimento: 07/04/38.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515/05, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a

exoneração do cargo efetivo de: Técnico Administrativo NBB-03.

Curitiba, 21.08.06.

(a) APARECIDO ALVES BEZERRA

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

DELAIR PITARELLO, matrícula nº 40637, endereço: Rua Joaquim da Costa Ribeiro, 793; bairro: Bairro Alto - cidade de Curitiba - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.198,21; CPF: 519.318.186-49; lotação: Augustinho Zucchi; data de nascimento: 11/06/55.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Auxiliar Administrativo NBA-02.

Curitiba, 21.08.06.

(a) DELAIR PITARELLO

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

DERLI ELCI BUENO, matrícula nº 40501, endereço: Rua Henrique Correa, 875 Casa 04; bairro: Bairro Alto - cidade de Curitiba - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.508,42; CPF: 034.754.659-57; telefone: 32380075 - 30267957; lotação: Diário; data de nascimento: 13/01/44.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Técnico Administrativo NBB-03.

Curitiba, 12.09.06.

(a) DERLI ELCI BUENO

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

ROSELI TOMAZ DA SILVA, matrícula nº 40530, endereço: Rua Ignacio Grossmann, 459; bairro: Jardim Americano - cidade de Curitiba; CEP: 83055-210 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.198,21; CPF: 658.884.729-72; telefone: 33825943; lotação: D.A.; data de nascimento: 06/02/65.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exone-

ração do cargo efetivo de: Auxiliar Administrativo NBA-02.

Curitiba, 11.09.06.
(a) ROSELI TOMAZ DA SILVA

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO**

RAIMUNDA GONÇALVES DA SILVA, matrícula nº 40367, endereço: Rua João Crisostomo da Rosa, 20; bairro: Cajuru - cidade de Curitiba CEP: 82900-410 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.508,42; CPF: 317.963.039-68; telefone: 3267-7553; lotação: Comissões; data de nascimento: 06/09/41.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Técnico Administrativo NBB-03.

Curitiba, 18.08.06.
(a) RAIMUNDA GONÇALVES PEREIRA

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO**

LUCIANO JOSÉ ZONATTO, matrícula nº 41014, endereço: Rua Marechal Mallet, 376 - apto 01; bairro: Ahú - cidade de Curitiba - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 3.179,67; CPF: 839.065.769-49; telefone: 99434321; lotação: D.A.T.; data de nascimento: 17/09/72.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Técnico em Contabilidade NTC-02.

Curitiba, 18.09.06.
(a) LUCIANO JOSÉ ZONATTO

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO**

ALTEVIR GONÇALVES SANTOS, matrícula nº 40145, endereço: Rua Ari Barroso, 640; bairro: Boa Vista - cidade de Curitiba - PR. Remuneração mensal estimada

em R\$ 2.976,90; CPF: 504.476.299-72; telefone: 92371481; lotação: Segurança; data de nascimento: 23/05/59.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Segurança NBA-08.

Curitiba, 11.09.06.
(a) ALTEVIR GONÇALVES SANTOS

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO**

ILCA FINIMUNDO, matrícula nº 40477, endereço: Rua Marechal Deodoro, 1300 - apto 06 bairro: Centro - cidade de Curitiba; CEP: 80060-010 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.640,36; CPF: 202.118.309-25; telefone: 30195017; lotação: Coord. Estudos Prom. Especiais; data de nascimento: 16/12/44.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Técnico Administrativo NBB-02.

Curitiba, 27.09.06.
(a) ILCA FINIMUNDO

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO**

IVANI TEREZINHA MARCZYNSKI, matrícula nº 40049, endereço: Rua Raul Pompeia, 2050 BL 04 - apto 41; bairro: Fazendinha - cidade de Curitiba; CEP: 81260-150 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 3.982,64; CPF: 184.172.999-04; telefone: 32495241; lotação: Gráfica; data de nascimento: 08/10/47.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Encadernador NTC-04.

Curitiba, 11.09.06.
(a) IVANI TEREZINHA MARCZYNSKI